



O CONCEITO DE *PESSOA* E AS VIDAS QUE IMPORTAM EM PETER SINGER

Juliele Maria Sievers

Doutora em Filosofia pela Université Charles de Gaulle (França)

Professora do Curso de Filosofia da UFAL

juliele.sievers@ichca.ufal.br

Resumo

O presente artigo visa abordar, de maneira crítica, o conceito de *pessoa* oferecido pelo autor australiano Peter Singer no contexto da bioética, definido em função de sua tese sobre os indicadores de humanidade. De acordo com Singer, certos animais não-humanos possuiriam todos os marcadores de humanidade, podendo ser considerados pessoas, ao passo que certos seres humanos, notadamente aqueles com danos cerebrais ou deficiências cognitivas graves, não seriam pessoas. De modo a oferecer uma alternativa frente à concepção do autor, analisaremos a abordagem feita pela *ética do cuidado*, “diagnosticada” por Carol Gilligan, em 1982, na obra *In a Different Voice*. Consideraremos mais especificamente o caso das relações éticas envolvendo pessoas com deficiência cognitiva, segundo a autora Eva Feder Kittay, inspirada no trabalho de Gilligan. Veremos como uma abordagem teórica pautada no contextualismo e na consideração das emoções pode oferecer soluções preferíveis em casos de dilemas morais, diferentemente das soluções, muitas vezes polêmicas, decorrentes da teoria de Singer, pautada em princípios universais, racionalistas e utilitaristas.

Palavras-chave: Peter Singer. Conceito de pessoa. Ética do cuidado. Eva Kittay.

Abstract

The present paper aims to approach, in a critical manner, the concept of *person* delivered by the Australian author Peter Singer in the context of bioethics, which is defined in function of its thesis about the indicators of humanhood. According to Singer, some non-human animals have all the indicators of humanhood, so that they could be said to be persons, whereas some human beings, namely those with severe brain damages or cognitive disabilities would not be considered as persons. With the aim of giving an alternative approach to Singer's, we will analyze the approach of the *ethics of care*, “diagnosed” by Carol Gilligan in 1982 with her book *In a Different Voice*. More specifically, we will consider the case of our ethical relations with cognitive disabled people according to Eva Feder Kittay, who was inspired by Gilligan's work. We will see how a theoretical approach based on context and the consideration of emotions may offer preferable solutions in cases of moral dilemmas, differently from the many times polemic solutions yielded by Singer's theory, based on rational and utilitarian universal principles.

Keywords: Peter Singer. Concept of person. Ethics of care. Eva Kittay.

1 Introdução

A definição do conceito de “pessoa” é alvo de um longo e profícuo debate filosófico, que pode ser traçado historicamente desde a Antiguidade, com a primeira concepção dada por Boécio (2005), de acordo com a qual “*persona est naturae rationalis individua substantia*”. Etimologicamente, em sua concepção latina de “persona” ou grega de “prosopon”, significa as máscaras que os atores usavam para interpretar seus personagens nos espetáculos teatrais gregos e romanos. Ao longo da História da Filosofia, o conceito de pessoa adentra âmbitos os mais diversos, como os referentes aos problemas de identidade pessoal, à trindade medieval, à antropologia filosófica, à personalidade jurídica em Filosofia do Direito, entre muitos outros possíveis exemplos.

Quanto ao presente texto, interessa-nos mais precisamente a apropriação do conceito de pessoa feita pelo âmbito da ética, especialmente pela ética prática, e os desdobramentos que o conceito sofre ao referir-se aos direitos fundamentais dos seres humanos enquanto “pessoas”, como, por exemplo, o direito à vida.

Dentro do âmbito da ética prática ou ética aplicada, o próprio termo “bioética” é recente: acaba sendo utilizado pela primeira vez apenas na década de 1970, e engloba conceitos e teses referentes ao início, ao fim e também ao que se passa ao longo da vida humana ou não-humana, tais como questões sobre o aborto e a eutanásia, mas também referentes à ecologia, ao direitos dos animais, entre vários outros temas. Um dos autores contemporâneos de maior notoriedade no âmbito da ética prática é o filósofo australiano Peter Singer, seja pela van-

guarda no tratamento sistemático destas questões com seus dois livros *Animal Liberation* (1975) e *Practical Ethics* (1979), seja pelas implicações políticas e polêmicas envolvendo suas teses principais, que causaram e causam ainda grande projeção na mídia. A principal delas se refere justamente à definição que o autor fornece ao conceito de “pessoa”.

Tal conceito é um desdobramento de uma de suas concepções, a de “indicadores de humanidade”, que seriam a “consciência de si, autocontrole, senso de futuro e passado, capacidade de relacionar-se com os outros, preocupação com os outros, comunicação e curiosidade” (SINGER, 2002a, p. 96). Seres dotados de tais indicadores seriam, para Singer, pessoas, sendo que alguns animais poderiam ser, nesse sentido, entendido como pessoas, e alguns membros da espécie *Homo sapiens* não seriam pessoas nesse sentido.

Diante deste contexto, no presente trabalho, pretendemos, a partir da definição de pessoa apresentada por Peter Singer, através da qual o autor delimita quem tem e quem não tem o direito à vida, avaliar como este conceito é abalado e inviabilizado no campo prático de nossas decisões morais cotidianas. Ao mesmo tempo em que o termo parece fornecer elementos teóricos relevantes e coerentes, veremos que é no caso de necessidade de sua aplicação em situações de conflito moral e tomada de decisão, ou seja, o momento de sua aplicação prática, que ele mostra-se insuficiente; podendo mesmo conduzir a tomadas de decisão polêmicas, inconsistentes e extravagantes. Assim, o presente texto pretende mostrar que outros critérios poderiam ser aplicados de maneira mais satisfatória neste contexto, pautados em elementos de uma ética sensível à ideia de “cui-

gado”, e que não necessariamente envolvem a necessidade de demarcação conceitual proposta pelo autor.

2 Contexto de partida: o pensamento utilitarista e uma ética pautada em princípios

O pensamento de Peter Singer é altamente influenciado pela teoria clássica do utilitarismo, na qual, através do pensamento racional, as escolhas e ações são determinadas de modo a maximizar a felicidade ou o prazer e minimizar o sofrimento decorrente. Assim, uma ação será considerada boa ou má em função das consequências que acarreta. Segundo John Stuart Mill, o utilitarismo pode ser definido como:

O credo que aceita a utilidade ou princípio da maior felicidade como a função da moral sustenta que as ações são corretas na medida em que tendem a promover a felicidade e erradas conforme tendem a produzir o contrário da felicidade. Por felicidade se entende prazer e a ausência de dor; por infelicidade, dor e a privação do prazer (MILL, 2000, p. 187).

Em uma esfera mais abrangente, política e social, a orientação das ações guiadas racionalmente por princípios como o de utilidade buscava a construção de uma sociedade mais igualitária, conforme exemplifica a obra não suficientemente discutida de Mill, chamada *A Sujeição das Mulheres*¹, publicada em 1869,

1 Mill, em sua breve carreira política, chegou a propor, em 1865, ao parlamento inglês um projeto de lei que garantiria o direito de voto às mulheres, o qual não foi, no entanto, aprovado.

em que este enfrenta e ataca a tese de que as mulheres seriam inferiores aos homens.

É importante notar que, a despeito das habituais críticas ao utilitarismo, segundo as quais este seria um sistema de escolhas egoístas e individualistas², o que de fato se torna flagrante ao estudioso atento é seu caráter de busca imparcial por igualdade e objetividade. O processo de tomada de decisões morais seria pautado por “cálculos” entre os fatores envolvidos, que não levariam em conta aspectos subjetivos ou contextuais, aproximando a ética de uma pretensão de ciência exata.

Frente a esta “defesa”, os críticos elaboram um ataque ao caráter metodológico da teoria, a respeito da validade do seu próprio princípio norteador: o princípio de utilidade. Não há critério definido para a correta aplicação deste princípio, que pode ser utilizado por agentes que não têm uma visão global da situação e podem estar agindo a partir de um viés específico, mesmo despropositadamente. O agente não é neutro, e pode ter preconceitos, ressentimentos, preferências pessoais e crenças falsas, que repercutiriam diretamente em suas ações.

Dentro deste contexto, podemos identificar o utilitarismo como o aparato teórico que fornece o suporte de justificação das tomadas de decisão morais consideradas por Peter Singer. Assim, tanto o princípio que defende a maximização

2 Esta concepção “negativa” do utilitarismo se deu provavelmente devido à apropriação do campo econômico das ideias de Bentham. De fato, se para este autor a preferência deve direcionar-se àquilo que favorece os interesses do indivíduo, aumentando seu prazer e diminuindo sua dor, temos que, numa escala econômica, este cálculo pode se dar a partir de agentes que encontram-se numa posição social favorecida e de poder, de modo a perpetuar estes privilégios.

zação da felicidade ou bem-estar e, quando isto não é possível, a preferência pela minimização da dor quanto a centralização dos processos de fundamentação das decisões e normas morais em elementos puramente racionais são características que aproximam Singer da tradição iniciada por Bentham e Stuart Mill. Todos os autores defendem que o critério para a avaliação das ações morais deve pautar-se pelas possíveis consequências de seus atos. Singer, ao mesmo tempo em que entende que contribui para uma versão particular de utilitarismo, reconhece ele mesmo a influência da tradição:

O modo de pensar que descrevi é uma forma de Utilitarismo; distingue-se do Utilitarismo Clássico quando o termo 'melhores consequências' é entendido como aquilo que, no cômputo geral, defende os interesses dos atingidos, e não como aquilo que meramente aumenta o prazer e reduz o sofrimento (no entanto, foi sugerido que os utilitaristas clássicos como Bentham e John Stuart Mill empregaram as palavras 'prazer' e 'dor' num sentido *lato*, que lhes permitiu incluir como 'prazer' a obtenção do que alguém deseja, e como 'dor', o oposto. Se essa interpretação estiver correta, desaparece a diferença entre o Utilitarismo Clássico e o Utilitarismo baseado em interesses) (SINGER, 2002b, p. 36).

A partir deste pano de fundo teórico, Singer passará a tratar principalmente, em suas obras, a respeito da necessidade de uma igual consideração dos interesses entre animais humanos e não-humanos, o que representa um ataque central à noção de especismo. Dentro desta discussão, acaba sendo necessária, para o autor, uma redefinição do próprio conceito de pessoa, que, para Singer, não necessariamente estaria atrelado a indivíduos da espécie *Homo sapiens*. Abordaremos tais aspectos mais detalhadamente na próxima seção.

3 Demarcação do conceito de *pessoa* em Singer: Os “indicadores de humanidade”

Um elemento que demarca o percurso teórico racionalista e utilitarista de Peter Singer frente aos autores clássicos desta corrente é a maior abrangência das repercussões morais de nossos atos, de modo a englobar também outros seres vivos em suas considerações sobre o direito à vida, por exemplo. Assim, frente ao usual “cálculo” utilitarista em relação à maximização do prazer/felicidade/bem-estar e minimização do sofrimento, Singer realiza uma simples constatação, que, no entanto, possui um impacto fundamental em sua teoria, qual seja, a de que “os seres humanos não são os únicos seres capazes de sentir dor ou aflição” (SINGER, 2002a, p. 11).

O projeto ético de Peter Singer pode ser considerado de cunho utilitarista no sentido de que não direciona um dever pautado em regras referentes a um padrão universal de certo ou errado, bom ou mau, mas em relação à responsabilidade de um agente frente a uma situação moral específica, presente no mundo cotidiano de nossas vivências e convivências. Assim, vemos que a preocupação de Singer é a de aplicar a teoria utilitarista através de um viés específico quanto ao problema prático da nossa relação com, por exemplo, a vida dos animais, ou em situações como aborto, eutanásia... É nesse sentido que aqui adentramos no âmbito da Ética Prática.

Singer defende que a ideia intuitivamente e geralmente aceita de que todos os seres humanos são iguais e devem receber os mesmos tratamentos e di-

reitos básicos deveria ser substituída pela noção de que todos os seres considerados pessoas deveriam receber tal tratamento. Disso decorre uma reconsideração e atualização do conceito de pessoa, que não necessariamente engloba todos os seres humanos. Antes de apresentar e explicar sua “nova” concepção de pessoa, Singer elabora seu “Princípio da igual consideração de interesses”, que fundamentará essa concepção.

Para o autor, o princípio em questão é pautado em interesses reais e não em simples preferências ou em elementos “agradáveis”, “estimáveis” ou “atrativos”. O autor explica que os interesses a serem de fato considerados como relevantes seriam os de: “(...) evitar a dor, desenvolver as próprias aptidões, satisfazer necessidades básicas de alimentação e abrigo, manter relações amigáveis e amorosas com outros e livre para realizar os seus projetos sem a desnecessária interferência alheia” (SINGER, 2002b, p. 32). Ainda para o autor, parece inquestionável a constatação de que animais não humanos podem compartilhar destes interesses e que devem, portanto, ser englobados na consideração ética de seu direito à vida. Não aceitar tal constatação representaria recair em um tipo específico de preconceito ou discriminação moral chamado de “especismo”, qual seja, o de se privilegiar os interesses de sua própria espécie no caso de uma possível situação de conflito de interesses. O critério para a identificação de agentes com tais interesses é, segundo Singer, fornecido pelos chamados “marcadores de humanidade”, sendo que apenas *pessoas* possuem todos os marcadores. No entanto, duas consequências importantes emergem de sua taxonomia: nem todo

ser humano pode ser considerado pessoa, e alguns animais o podem. De acordo com o autor:

A condição de membro da espécie *Homo sapiens* não é relevante: do ponto de vista ético, qualquer característica, ou combinação de características, que consideramos capazes de dar ao ser humano um direito à vida, ou de fazer com que seja errado, em termos gerais, pôr fim à vida humana, pode ser possuída por alguns animais não humanos. (SINGER, 2002a, p. 276-7).

Para o presente estudo, o principal marcador de humanidade que nos concerne é a autoconsciência³. Como podemos ler na citação acima, esse elemento seria muito mais relevante quanto à problemática do direito à vida do que um critério baseado simplesmente na pertença a uma determinada espécie. Assim, Peter Singer argumenta a favor da desvinculação do termo pessoa à sua pertença à espécie *Homo sapiens*, defendendo que a pessoa se define, de fato, através dos critérios de demarcação de humanidade: autoconsciência, autocontrole, senso de futuro, senso de passado, capacidade de relacionar-se com os outros, preocupação com os outros, comunicação e curiosidade. Deste modo, segundo o autor:

O direito à vida não é um direito dos membros da espécie *Homo sapiens*, ele é um direito de todos aqueles que possuem indicadores de humanidade presentes no conceito de pessoa. Pois, 'nem todos os membros da espécie *Homo sapiens* são pessoas e nem todas as pessoas são membros da espécie *Homo sapiens*' (SINGER, 2002a, p. 277).

3 Lembremos que a noção de autoconsciência é mais complexa que a noção de senciência, onde basta ao ser em questão ter a capacidade de sentir prazer ou dor.

Como dissemos, para Singer, o primeiro dos critérios, a autoconsciência, ligada à concepção de reconhecimento de passado e expectativa quanto ao futuro, é um marcador forte do que seja a pessoa a quem está garantido o direito à vida e à proteção desta. A contrapartida desta concepção é que, entre os seres humanos, alguns indivíduos, como, por exemplo, bebês recém-nascidos ou indivíduos com graves deficiências mentais⁴, não poderiam ser concebidos como pessoas e, conseqüentemente, não teriam direito à vida. Diferentemente, alguns mamíferos teriam esta capacidade de reconhecimento de eventos passados e expectativas ou projeções quanto ao futuro, entre outras características, e por isso deveriam ter suas vidas preservadas e protegidas.

Depois de exposto este panorama das principais concepções de Peter Singer a respeito do conceito de pessoa, a impressão que resulta, metodologicamente falando, é a da centralidade deste conceito para todas as demais concepções do autor. Sua teoria baseia-se inteiramente na concepção de pessoa enquanto portadora dos indicadores de humanidade. Porém, se os elementos teóricos parecem coerentes e bem estruturados, os resultados práticos decorrentes parecem ser contra-intuitivos e problemáticos.

A principal razão deste *gap* entre teoria e prática parece dever-se à ambigüidade e vagueza conceitual de alguns dos termos utilizados pelo autor. Se o próprio conceito de pessoa é disputado dentro da História da Filosofia, esta dificuldade parece abranger também as próprias notas que definem o termo. No

4 O caso de pessoas em estado momentâneo de inconsciência ou simplesmente adormecidas não entra em consideração devido à exigência do aspecto de “consciência contínua”: em algum momento de suas vidas, essas pessoas tiveram noção de sua própria existência enquanto “entidade distinta no tempo”.

caso de Singer, as notas seriam os indicadores de humanidade. Assim, para definir a pessoa, como o pretende Singer, temos de definir também os elementos que compõem esta definição. Mas é difícil entender e formar uma ideia precisa do que realmente significam elementos como “autocontrole”, “imaginação” e “preocupação com os outros”, tais como estes são apresentados pelo autor. Ainda mais quando se referem a animais não humanos, a cujas “reais” experiências de mundo não temos acesso. Assumindo que existam, como detectá-las objetivamente, de modo que se possa determinar que estão ausentes em, digamos, um papagaio domesticado e “falante” ou uma vaca leiteira, mas presentes em um orangotango selvagem? Por que os elementos que determinam o “tipo” de vida que esses animais levam ou poderiam levar deve ser determinado em função dos elementos referentes à vida dos seres humanos? Estes animais não poderiam ter outras características marcantes e fulcrais dentro de sua existência peculiar enquanto pássaro ou vaca, e que em nada se refiram ao homem?

Parece que, mesmo entre os grandes primatas, tais características não são unânimes entre todos os diferentes espécimes, podendo haver “níveis” de cada elemento nos diferentes primatas, assim como nos *Homo sapiens* estes elementos estão, apesar de virtualmente sempre presentes, apresentados em maior ou menor escala, de acordo com certos traços de personalidade. Em relação aos bebês, qual seria o marco temporal decisório do momento em que estes adquiririam enfim os indicadores em sua totalidade? Como definir o momento em que o bebê se torna pessoa? Seria este momento idêntico para todos os bebês, ou poder-se-ia adiantar tal momento com maiores estímulos, por exemplo? Enfim, ve-

mos que a discussão sobre a falta de determinação acerca da definição dos marcadores recai no mesmo problema anterior, da falta de consenso na determinação do conceito de pessoa pela própria Filosofia, da falta de precisão da chamada “linha demarcatória” na sua definição.

4 Alternativas cuidadosas: Carol Gilligan e Eva Kittay

Como vimos até aqui, a abordagem de Peter Singer quanto à questão da demarcação do conceito de pessoa serve para a determinação de quais vidas devem ser protegidas. Esta concepção possui repercussões em diversas questões da ética prática. Nesta seção, analisaremos as consequências quanto ao caso das pessoas com deficiências cognitivas graves, para apresentar uma visão ética que destoa dos princípios utilitaristas defendidos por Singer. Esta alternativa à necessidade de Singer de definição e demarcação de um conceito específico de pessoa privilegia, ao contrário, as relações de *cuidado* que possam ser preservadas e construídas em uma decisão moral. Analisaremos, portanto, a abordagem da chamada ética do cuidado, “diagnosticada” por Carol Gilligan em sua obra *In a Different Voice* (1982).

A obra de Gilligan, uma estudiosa oriunda do campo da Psicologia, surge no contexto dos estudos sobre desenvolvimento moral iniciados por Jean Piaget e estendidos por Lawrence Kohlberg, sendo que Gilligan elabora sua teoria em resposta a este último, também como tentativa de apontar as limitações e

mesmo erros metodológicos da pesquisa de Kohlberg, na qual Gilligan participou como assistente.

Para explicarmos de maneira muito breve, Gilligan observa que os estudos de Kohlberg, que se constituem na observação das respostas dadas pelos indivíduos a casos de dilemas morais, apresenta uma interpretação tendenciosa, desconsiderando as respostas dos participantes do sexo feminino que não forneciam as respostas “esperadas” pelos pesquisadores. Assim, toma-se como caso de estudo o chamado “dilema de Heinz”, no qual Heinz rouba o remédio, capaz de tratar sua esposa, do farmacêutico que não queria vendê-lo por um preço que pudesse arcar. Kohlberg perguntava aos entrevistados se o esposo “ladrão” estava certo em sua atitude, e, segundo Gilligan, parecia haver uma expectativa de resposta segundo princípios deontológicos ou consequencialistas, ou seja, de raciocínios baseados em princípios racionais, neutros, gerais e abstratos: ele estava errado e deveria ir à prisão por quebrar a lei, ou ele estava certo, pois a vida humana vale mais do que a propriedade privada.

No entanto, as meninas entrevistadas ofereciam outras alternativas do que seria “a coisa certa a se fazer” numa situação assim. Elas indicavam, por exemplo, que Heinz deveria ter tentado pedir ajuda a amigos e familiares para conseguir o dinheiro, ou, então, deveria ter voltado a insistir com o farmacêutico a fazer um acordo, evidenciando que poderia haver mais de uma maneira de lidar com o problema. O ponto que levantavam é que, roubando a droga, Heinz não resolveria a situação, pois acabaria sendo preso, e não poderia mais cuidar da esposa doente.

Estas respostas eram descartadas por Kohlberg como sendo “erradas”, indicando que meninas não teriam a maturidade moral de agir segundo princípios racionais gerais e abstratos. Gilligan, então, inicia sua própria pesquisa, na qual, ao invés de propor dilemas “artificiais” e hipotéticos, ela assume um papel de escuta dos dilemas reais acerca da vida de seus entrevistados. Estes dilemas envolvem aborto, escolhas entre ir cursar uma faculdade em outra cidade ou ficar em casa para cuidar dos pais idosos ou doentes, entre outros casos reais e profundamente impactantes na vida dos entrevistados. Gilligan percebe, portanto, que as escolhas das entrevistadas mulheres buscavam sempre preservar as relações entre os envolvidos, incluindo afetos e emoções como parte natural das escolhas, de modo a diminuir conflitos e atender as necessidades envolvidas. Nessa dinâmica, deparamo-nos com relatos como o de Claire⁵ (universitária de 27 anos), que define “a pessoa moral como sendo alguém que, ao agir, ‘considera seriamente as conseqüências para todas as pessoas envolvidas’, ainda que ‘chegue ao ponto em que penso que não posso ser boa para ninguém a menos que eu saiba quem sou’” (GILLIGAN, 1982, p. 93). O que surge a partir disso, defende Gilligan, é uma ética do cuidado e da responsabilidade, de tipo contextual-relacional.

Esta abordagem rendeu muitas críticas a Carol Gilligan, acusada de associar as mulheres apenas à dimensão dos sentimentos e negar-lhes a dimensão racional de suas escolhas, ou ainda de um essencialismo acerca do que seja uma “natureza feminina”. No entanto, justamente, além de se perguntar o porquê de as mulheres desenvolverem mais profundamente uma ética do cuidado (por

5 Os nomes são fictícios, atribuídos para proteger a identidade das participantes.

questões históricas e culturais que são impostas a elas pela sociedade desde a mais tenra infância), Gilligan pergunta por que os homens perdiam esta sensibilidade ao cuidado ao longo de seu desenvolvimento moral. Gilligan acusa a pressão social, que retira a questão do cuidado da esfera masculina ao passo que a reforça na esfera feminina, quando, idealmente, deveríamos poder considerar um equilíbrio entre a chamada ética da justiça e a ética da responsabilidade. Gilligan (1982, p. 12) explica:

A voz diferente que eu defino caracteriza-se não pelo gênero, mas pelo tema. Sua associação com as mulheres é uma observação empírica, e é sobretudo através das vozes das mulheres que eu traço o seu desenvolvimento. Mas essa associação não é absoluta, e os contrastes entre as vozes femininas e masculinas são apresentados aqui para aclarar uma distinção entre dois modos de pensar e focalizar um problema de interpretação [...] Não cogito das origens das diferenças relatadas, nem de sua distribuição numa população mais ampla, nem nas culturas ou através dos tempos. Evidentemente, essas diferenças surgem num contexto social onde fatores de posição e poder sociais se combinam com a biologia reprodutiva para modelar a experiência de homens e mulheres e as relações entre os sexos. Meu interesse reside na interação entre experiência e pensamento, nas vozes diferentes e nos diálogos que elas suscitam, no modo como ouvimos a nós mesmos e a outros, nas histórias que contamos sobre nossas vidas.

Frente a este contexto, propomo-nos a discutir o conceito de pessoa sob um viés diferente daquele proposto por Singer. A autora que invocamos é a filósofa americana Eva Kittay, que, influenciada pelo trabalho de Gilligan, desloca a noção de cuidado do âmbito doméstico ao qual era relegado para o âmbito político. A autora defende que o cuidado é um dos termos mais fundamentais que temos contato em nossa dimensão ética, sendo que a função da política deve ser a de, primeiramente, garantir as estruturas básicas de cuidado (saúde,

educação, segurança...). Devido à sua centralidade, o papel de sua perpetuação deve ser compartilhado por toda a sociedade, e não só entre as mulheres.

No entanto, a dimensão dos escritos de Kittay que nos interessa particularmente para o presente escrito refere-se à dimensão da experiência da deficiência cognitiva, na qual o cuidado adquire a dimensão social, emocional e ética almejada pela autora. Kittay questiona os ideais de autonomia e independência que normalmente se contrastam com o cuidado como dimensão essencial não só da relação do cuidador com aquele que é cuidado, mas de toda a nossa vida em sociedade. Nesse contexto, o cuidado expande sua dimensão de prática ou de trabalho para uma dimensão moral de virtude. Kittay explica:

Enquanto uma atitude, o cuidado denota uma ligação positiva e afetiva e um investimento no bem-estar de outrem. O trabalho (*labor*) pode ser feito sem a atitude apropriada. No entanto, sem a atitude do cuidado, a responsabilidade (*responsiveness*) aberta em relação ao outro que é tão essencial ao entendimento do quê o outro necessita não é possível. Isto é, o trabalho sem o acompanhamento da atitude de cuidado não pode ser o bom cuidado. Cuidado, enquanto virtude, é a disposição manifesta em adotar um comportamento (trabalho e atitude) no qual 'uma mudança toma parte a partir do interesse em nossa situação de vida em direção à situação do outro, aquele que precisa de cuidado'. Relações de afeto facilitam o cuidado, mas a disposição pode ser direcionada a estranhos assim como a íntimos (KITTAI, 2007, p. 4, tradução nossa).

No presente estudo, pretendemos chamar a atenção para a relação que pode ser pensada entre o agente cuidador e o indivíduo com deficiência cognitiva, que, segundo Singer, não possui as características necessárias para haja a manutenção de sua vida – não é pessoa. Segundo Kittay, as políticas públicas em torno do suporte às famílias de pessoas com deficiência, bem como sua par-

ticipação em grupos sociais e de interação (terapêuticos: musicoterapia, natação, terapia assistida por animais – TAA, entre muitos outros), contribuiriam para que uma sociedade visse o diferente com um olhar solidário, mas preservando sua alteridade. Kittay, ela mesma mãe de uma jovem com deficiência cognitiva, explica a contrapartida da dimensão deste tipo de cuidado: o cuidador quer preparar também o mundo para esses indivíduos, e não apenas prepará-los para enfrentar o mundo em seus termos, sobretudo aqueles que não têm possibilidade de independência alguma em relação a seus cuidadores⁶.

O propósito de Kittay, nesse sentido, é o de visibilizar as relações de cuidado e dependência para retirar o estigma presente numa sociedade que valoriza a autonomia e a independência. Ou seja, precisamos repensar esses ideais que não se aplicam aos corpos com deficiência, que são vulneráveis frente aos demais, sem que, por isso, devam ser subjugados, oprimidos e silenciados. Apenas assim, “relações de responsabilidades e relações de confiança àqueles que necessitam de nosso cuidado ou assistência são destacadas” (KITTAI, 1999, p. 4). Nestes termos, o cuidado e os agentes do cuidado deixam a esfera privada e adentram numa esfera política e social.

É flagrante a diferença deste tipo de abordagem em relação às tradicionais abordagens baseadas em um sistema ético deontológico ou consequencialista, como o defendido por Peter Singer. Kittay explica as divergências entre as

6 Existem, aqui, aspectos problemáticos a serem discutidos em espaços mais amplos que o presente artigo, como a questão do suporte econômico aos cuidadores sem condições básicas inerentes ao cuidado, sem acesso às políticas públicas ou, ainda, aqueles que “terceirizam” o cuidado para sujeitos eles mesmos em situação de vulnerabilidade econômica e social. Interessa, também, a discussão entre Kittay e Nussbaum (2006) acerca do problema.

correntes de pensamento, possibilitando uma nova forma de compreender e abarcar as diferenças, ao invés de eliminá-las:

Enquanto o agente moral de uma ética baseada em princípios é concebido como um *self* independente e autônomo que é igual ou potencialmente igual a todos os outros agentes morais, uma ética baseada em cuidado concebe o *self* como relacional e dependente. Uma ética baseada em cuidado fala de relações morais não apenas entre iguais, mas entre aqueles que não são iguais em idade, capacidade e/ou poderes. [...] Enquanto que na perspectiva da justiça vemos a busca pela deliberação moral como o meio de resolver conflitos a adjudicar entre demandas conflitantes, da perspectiva do cuidado estamos preocupados em manter relações e prevenir violência, que vem ou resulta na falha da relação. [...] Isso porque dentro da ética do cuidado o *self* é sempre um *self* em relacionamento, e um relacionamento quebrado constitui uma espécie de violência ao *self* (KITTAI, 2007, p. 4).

Assim, frente a acusações de constituir uma espécie de “moral de escravo” e de reforçar a dependência que estigmatiza as pessoas com deficiência, a ética do cuidado busca reforçar a voz daquele que é cuidado, e que é calado por uma sociedade cujos valores vão de encontro ou vão além do que seus corpos ou suas mentes lhes permitem. Kittay relata:

Entre os muitos presentes que recebi de minha filha Sesha está o de aprender, como Alasdair MacIntyre coloca, “as virtudes da dependência reconhecida” e as extraordinárias possibilidades inerentes às relações de cuidado com quem não responde na mesma moeda, que não pode ser independente, mas que retribui com sua alegria e seu amor (KITTAI, 2007, p. 6).

5 Considerações Finais

No presente texto, mais do que condenar a abordagem de cunho utilitarista realizada por Peter Singer, tentamos demonstrar a possibilidade de uma perspectiva alternativa frente aos problemas enfrentados pelo autor. Esta alternativa é dada pela ética do cuidado, que apresenta uma proposta mais inclusiva, na medida em que a aceitação da diferença é vista até mesmo como um elemento que possibilita novos aprendizados morais em uma sociedade plural.

Peter Singer pode ser visto como um dos filósofos mais populares da atualidade, e revolucionou vários aspectos do pensamento moral, principalmente aqueles voltados à nossa relação com os animais. Sua presença na mídia e sua escrita voltada também ao grande público e à popularização do saber filosófico são elementos que possibilitam um alargamento do alcance da argumentação filosófica para além da academia.

No entanto, as consequências polêmicas das teses de Singer parecem um entrave à aceitação de sua “mensagem” filosófica. Um caso paradigmático seria relativo à aceitação que o autor teve de declarar, devido ao conteúdo de suas premissas, da conclusão de que seria aceitável o estupro de uma pessoa “mentalmente incapaz” (*mentally incapable*)⁷.

⁷ A esse respeito, Cf. <https://www.abc.net.au/news/2017-06-19/anna-stubblefield-what-matters-in-sentencing-for-sexual-assault/8630074>. Singer, entrevistado em um podcast sobre o caso Anna Stubblefield, declarou que a vítima “provavelmente achou a experiência prazerosa” (“It’s very likely that he found the experience pleasurable”): <https://www.abc.net.au/radionational/programs/philosopherszone/on-prison-sentencing-what-matters/8618394>

Frente a esse contexto problemático, apresentamos a alternativa de abordagem ética da ética do cuidado. Ora, um elemento central de preocupação da ética do cuidado é o conceito de violência, no sentido de que alguns são mais vulneráveis que outros, e devem ser protegidos. Essas noções avançam para outros domínios éticos, como aquele acerca de nossa relação com os animais: estes, sendo mais vulneráveis, devem ser protegidos, preservados em suas vidas e considerados eticamente enquanto animais, e não enquanto pessoas⁸. “Admitir” certos animais como pessoas para que só então sejam considerados moralmente mostra apenas e tão somente os limites estreitos de nossa consideração ética, que, para Singer, não consegue ir além de nós mesmos, em direção ao diferente e ao diverso.

Ambas as correntes, a ética da justiça, de cunho utilitarista, e a ética contextual, orientada pela noção de cuidado, possuem limitações teóricas e desafios práticos. Talvez a solução seja justamente a inclusão de elementos de ambas, algo que apenas pode ser alcançado através do debate e da argumentação filosófica comprometida. A respeito disso, Gilligan também se manifesta, dizendo que “A premissa de que ninguém deveria ser prejudicado, usada pela ética do cuidado, encontra um ponto de contato com a premissa da justiça de que todos devem ser tratados da mesma maneira” (GILLIGAN, 1982, p. 185).

O que não podemos aceitar, nem teoricamente nem em qualquer outro âmbito, é a normalização da violência. E esta é a principal e mais importante crítica que deve ser feita – e que fazemos – a respeito do sistema de Singer: a de

8 Esta concepção acerca de nossa relação com os animais, fundamentada na ética do cuidado de Gilligan, é defendida pela filósofa Lori Gruen (2011; 2015).

abrir espaço para violências, ou simplesmente tolerá-las. Em um mundo onde a violência política, social, étnica e de gênero predomina, que possamos ser mais cuidadosos acerca daquilo que defendemos.

Referências

BOÉCIO. *Escritos (Opuscula Sacra)*. Tradução, introdução, estudos introdutórios e notas Juvenal Savian Filho. Prefácio de Marilena Chauí. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GILLIGAN, C. *In a Different Voice – Psychological Theory and Women’s Development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2003 [1982].

GRUEN, L. *Ethics and Animals – An Introduction*. New York: Cambridge University Press, 2011.

GRUEN, L. *Entangled Empathy – An alternative Ethic for our Relationships with Animals*. New York: Lantern Books, 2015.

KITTAY, E. F. *Love’s Labor: Essays on Women, Equality and Dependency*. New York: Routledge, 1999.

KITTAY, E. F. The Ethics of Care, Dependence, and Disability. *APA Newsletter of Feminism and Philosophy*, Volume 06, Number 2, Spring 2007.

MILL, J. S. *Utilitarismo*. Tradução Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MILL, J. S. *A Sujeição das Mulheres*. São Paulo: Almedina; 2006 [1869].

NUSSBAUM, M. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge, Harvard University Press, 2006.

SINGER, P. *Libertação Animal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [1975].

SINGER, P. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002a [1979].

SINGER, P. *Vida Ética: Os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade*. Tradução Alice Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002b [2000].



Esta obra está licenciada sob a licença [Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).